



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Av. Antônio Comitre - Bairro Parque Campolim - CEP 18047-620 - Sorocaba - SP - www.jfsp.jus.br
295

RELATÓRIO 9863341/2023 - SORO-DSUJ/SORO-NUAR

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO POP RUA JUD SOROCABA

1º Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua da Cidade de Sorocaba

INTRODUÇÃO

Nos dias 08 e 09 do mês de maio de 2023, foi realizado o Mutirão Pop Rua Jud na cidade de Sorocaba/SP. O mutirão, que já teve duas versões em São Paulo Capital em 2022, teve por finalidade atender à população em situação de rua em três eixos: atendimento assistencial, de saúde e jurídico.

Com base na Resolução 425/2021, do CNJ, o principal objetivo do projeto é garantir à população de baixa renda o acesso aos serviços públicos com vista ao exercício de direitos básicos de cidadania, a partir da articulação entre as diversas instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, a fim de proporcionar uma atuação conjunta e concentrada. Autorizado pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, o mutirão em Sorocaba foi realizado no “Serviço de Obras Sociais – S.O.S.”, também conhecido como “casa do albergado”, que é uma ONG amparada pela Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Ressalte-se que na mesma semana, concomitante ao “Pop Rua Jud Sorocaba”, aconteceu a “Semana Nacional de Registro Civil – Registre-se!”, e muitos dos serviços voltados aos atendidos, permaneceram à disposição até o dia 12/05 (sexta-feira). O “Registre-se” aconteceu do dia 08/05 a 12/05 e é uma ação dedicada à emissão de certidões de nascimento à população socialmente vulnerável, por iniciativa da Corregedoria Nacional de Justiça e também atendeu (nacionalmente, leia-se) refugiados, povos originários, ribeirinhos, pessoas que se encontravam em cumprimento de medidas de segurança ou situação manicomial, população carcerária e egressos do cárcere. O esforço concentrado das Justiças Estadual e Federal visou erradicar o sub-registro civil de nascimento no país e ampliar o acesso à documentação civil básica a todos os brasileiros e a todas as brasileiras.

SOROCABA

Com uma população estimada em 700 mil habitantes (dados do último Censo do IBGE, de 2021), Sorocaba tornou-se um grande polo, que recebe, diariamente, muitas pessoas que residem nas cidades vizinhas, para trabalho, lazer e serviços – inclusive pessoas em situação de rua. Anote-se que a 10ª Subseção Judiciária Federal atende a 25 desses Municípios vizinhos, a saber: Alambari, Alumínio, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Quadra, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Tapiraí e Votorantim.

No ano de 2021, a Prefeitura Municipal de Sorocaba colocou em prática o projeto “HumanizAção”, que tem por objetivo dar condições a pessoas em situação de rua a sair desse cenário, fornecendo albergue para repouso/higiene pessoal e até mesmo oportunidade de emprego, justamente o escopo do “Pop Rua Jud”. Nesse contexto, o programa da Prefeitura uniu esforços com o Pop Rua Jud, firmando uma parceria para atender à população em situação de rua – agora, também na seara jurídica.

Conforme dito anteriormente, o mutirão aconteceu na ONG S.O.S., que funciona diariamente da seguinte maneira: após serem aceitas no acolhimento, as pessoas atendidas têm à disposição no local, diariamente, alimentação saudável, banho quente, roupas limpas e lugar para o pernoite, além da atenção cuidadosa e humanizada que caracteriza esse serviço. Ainda, sempre que necessário, também é feito o encaminhamento dos que precisam para os serviços de saúde. O objetivo principal desse trabalho é propiciar chances reais para uma verdadeira mudança de vida, contribuindo para a reinserção dessas pessoas no convívio em comunidade.

De acordo com o Secretário da Cidadania de Sorocaba, 80% das pessoas que vivem nas ruas da cidade, não são de Sorocaba. Desde 2021, quando começou, o programa de acolhimento de pessoas em situação de rua realizou mais de 20 mil abordagens em Sorocaba. Somente em 2023, até o mês de maio, o “HumanizAção” fez mais de 900 atendimentos na cidade.

POP

RUA JUD SOROCABA

Como tratou-se de um mutirão que durou cinco dias, o saldo dos atendimentos foi considerado positivo. Foram servidas 200 marmitas por dia e 434 atendimentos pela Secretaria da Saúde ao longo dos cinco dias, com orientações à higiene bucal, aferição de temperatura e de pressão, testes de glicemia, distribuição de kits de higiene, além de cortes de cabelo, e doação de roupas.

Em relação aos documentos, houve grande procura para a obtenção de RG e cadastramento no Cadastro Único Para Programas Sociais – CADÚnico (150 atendimentos). Houve solicitação, também, para regularizar ou obter título de eleitor (191 atendimentos), Poupatempo (549 atendimentos) e documentos relacionados ao serviço militar (136 atendimentos). Somente a ARPEN/SP – Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo, fez 218 atendimentos ao longo da semana. A Receita Federal realizou 70 atendimentos.

A avaliação da equipe de coordenação e dos parceiros sobre o resultado do Mutirão foi extremamente positiva, dada a variedade em especial porque foi a primeira vez em que estiveram todas as instituições envolvidas em um projeto com tamanha variedade de serviços oferecidos e amplo atendimento. Boa parte do sucesso da iniciativa consistiu em convidar os representantes de instituições que já atuam junto à população em situação de rua, atuando o Poder Judiciário mais como mediador e coordenador da iniciativa para a obtenção do entendimento entre todos.

OBJETIVOS E EIXOS DA AÇÃO

O principal objetivo do projeto foi garantir à população em situação de rua o acesso aos serviços públicos com vista ao exercício de direitos básicos de cidadania, à assistência social, à saúde e à justiça, a partir da articulação entre as diversas instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, a fim de proporcionar uma atuação conjunta e concentrada.

Para isso, foram definidos três eixos fundamentais de atuação:

a) Atendimento assistencial e de saúde;

b) Expedição de diversos documentos necessários ao exercício da cidadania;

c) Atendimento jurídico por instituições parceiras e garantia de acesso à justiça para ações judiciais e procedimentos extrajudiciais.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A partir dos eixos de atuação, foram realizadas diversas reuniões setoriais (Núcleo Assistencial, Núcleo de Cidadania, Núcleo de Saúde, Núcleo de Justiça, Núcleo de Comunicação, Núcleo de Segurança e uma reunião final, com todas as instituições), além de reuniões internas do TRF3 (Reuniões de Magistrados de 1º e 2º graus, Reuniões de Servidores) e treinamentos para voluntários acerca da Triagem, com orientações sobre como proceder em diversas situações práticas, além do fornecimento do layout do evento.

Ao final, foram definidos os serviços que seriam prestados, a infraestrutura necessária, os fluxos de atendimento, quantos voluntários e quais seriam as atividades de cada um deles.

Serviços que foram prestados à população em situação de rua:

- Emissão de documentos (certidão de nascimento, casamento, óbito, RG, título de eleitor, CPF, certificado de reservista, dispensa e alistamento militar);
- Consulta a processos trabalhistas;
- Propositura de ações trabalhistas;
- Regularização de processos penais;
- Agendamento de comparecimento na Justiça;
- Assinatura de carteirinhas de regime aberto;
- Consulta e liberação de FGTS;
- Benefícios previdenciários;
- Benefícios assistenciais – LOAS;
- Auxílio emergencial;
- Regularização de documentos;
- PIS/PASEP;
- Seguro-desemprego;
- Livramento condicional;
- Defesa em processos criminais;
- Direito de Família;
- Direito Assistencial;
- Direito à Saúde;
- Cadastro e atualização em Programas Sociais;
- Requerimento de benefícios – INSS;
- Oportunidade de emprego;

- Orientação jurídica;
- Orientação de Direitos Humanos;
- Orientação LGBTQIA+;
- Orientação sobre violência contra a mulher;
- Orientação a imigrantes;
- Orientação para egressos do sistema penitenciário;
- “Ônibus rosa” – para orientações para a saúde feminina;
- “Ônibus azul” - para orientações para a saúde masculina;
- Aferição e pressão arterial;
- Orientação para diabetes;
- Orientação para erradicação da tuberculose;
- Saúde bucal (promoção e prevenção);
- Orientação sobre álcool e drogas;
- Cortes de cabelo;
- Distribuição de refeição.

Layout do local do Mutirão:

Bens, equipamentos e serviços necessários para a ação:

- Alimentação para a população em situação de rua;
- Alimentação para os voluntários;
- Ambulância;
- Autorizações e licenças;
- Banheiros químicos;
- Banners e material de divulgação;
- Barracas e tendas;
- Cadeiras e mesas plásticas;
- Camisetas, etiquetas e crachás de identificação;
- Computadores, impressoras, máquina fotográfica;
- Cortes de cabelo;
- Formulários para atendimento;
- Fornecimento de Água;
- Fornecimento e instalação de pontos de energia elétrica e geradores elétricos;
- Internet;
- Kits de higiene;
- Limpeza no local antes, durante e depois da ação;

- Local para guarda de mobiliário;
- Local para ponto de apoio;
- Local para descanso dos voluntários;
- Realização de perícias médicas do JEF – carro da Prefeitura conduziu até o Fórum;
- Senhas para organização de filas.

Instituições parceiras:

AGU - Advocacia Geral da União

ACNUR - Agência Nacional da ONU para Refugiados

AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil

AJUFESP Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul

ANAFE - Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais

APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados

ARPEN - Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo

CEF - Caixa Econômica Federal

Coordenadoria Estadual dos Centros de Integração da Cidadania – CIC

Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE)

Defensoria Pública da União (DPU)

Exército Brasileiro

Governo do Estado de São Paulo

Instituto de Identificação Ricardo Gumbelton Daunt (IIRGD)

Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo

ONG SOS

Polícia Federal - Sorocaba

Prefeitura Municipal de Sorocaba

Receita Federal do Brasil

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo

Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Cidadania (SECID)

Secretaria Municipal de Governo (SEGOV)

Secretaria Especial de Comunicação – SECOM – Prefeitura Municipal de Sorocaba

Secretaria de Serviços Públicos e Obras (SERPO)

Guarda Civil Municipal (GCM)

RESULTADOS OBTIDOS

A presente edição do evento contou com 40 estudantes voluntários (20 em cada dia do evento), da Faculdade de Direito de Sorocaba – FADI - inscritos como voluntários para trabalhar na triagem para conseguir mais informações para o correto encaminhamento, além de 10 magistrados, dentre juízes e desembargadores federais (que organizaram a entrega de senhas, a triagem, os serviços prestados e também participaram como tutores de assistidos) e 20 servidores do Poder Judiciário Federal (que acompanharam pessoas e impediram a dispersão e saída do evento sem completo atendimento, bem como auxiliaram os juízes federais em suas atividades).

A organização do evento apurou que foram prestados cerca de 400 atendimentos para pessoas que ingressaram na área do mutirão nos dois dias em que foi realizado (excetuando-se a Semana do Registre-se - que foi um evento concomitante), sendo que grande parte do público foi atraída pelos serviços de assistência social, em especial a alimentação fornecida.

Foram fornecidas 200 marmitas por dia de evento, além de kits de higiene bucal, absorventes femininos, além de doação de roupas.

Em relação aos documentos, a triagem do núcleo de cidadania realizou 400 atendimentos. A maior demanda desse núcleo foi direcionada para cadastramento no Cadastro Único Para Programas Sociais (150 atendimentos), a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN) realizou 218 atendimentos e a Receita Federal realizou 70 atendimentos.

O Exército fez 136 atendimentos, com uma média de 20 a 30 por dia, enquanto a Defensoria Pública Estadual (DPE) realizou 30 atendimentos.

O Poder Judiciário Federal realizou a triagem para 400 atendimentos. Desses, 9 resultaram em processos, com perícias realizadas em todos e com proposta de acordo em 8 deles no Juizado Especial Federal da 10ª Subseção.

Registre-se, ainda, que boa parte dos indivíduos obtiveram orientação sobre outros documentos ou sobre procedimentos por parte do CIC – Centro de Integração da Cidadania do Estado de São Paulo e da Caixa Econômica Federal.

SUGESTÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da equipe de coordenação e dos parceiros sobre o resultado do Mutirão foi extremamente positiva, principalmente pela união de dezenas de instituições em um único projeto, o que trouxe ao local uma grande variedade de serviços e amplo atendimento, de forma organizada.

Alguns problemas detectados no 1º Mutirão em SP foram solucionados, como a necessidade de um serviço de internet mais potente, a disponibilidade da Prefeitura de mais veículos para cadastros no CadÚnico, a distribuição de senhas, e o aumento da área e de número de barracas disponibilizadas pelo Exército, garantindo mais conforto para as equipes de trabalho e para a população atendida.

O Poder Judiciário atuou novamente como mediador entre os representantes de instituições que já lidavam com a população em situação de rua e a própria população, dessa vez, de forma mais participativa,

inclusive oferecendo treinamento para todos os voluntários, tanto para triagem como para serem “anjos” (ou guias), que auxiliavam as pessoas, levando-as aos locais em que elas seriam atendidas. Isso gerou um atendimento mais rápido e efetivo, garantindo que a população atendida o acesso a todos os serviços necessários.

Nesse sentido, sugere-se a continuidade do Projeto Pop Rua Jud com a realização de mutirões de forma periódica e, ainda, em outras localidades, para alcançar um número ainda maior de pessoas em situação de rua, ou em extrema vulnerabilidade.

E, por fim, sugere-se a realização de reuniões periódicas entre todos os envolvidos para troca de experiências e fortalecimento da rede de apoio que se formou. Dê-se ciência desse relatório à Presidente do Tribunal Regional Federal da 3a. Região Exma. Desembargadora Federal Dra. Marisa Santos, às juízas federais Dra. Marisa Claudia Gonçalves Cuccio, auxiliar da Presidência, à Dra. Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, coordenadora da 10ª Subseção aos servidores coordenadores do Projeto, Viviane Ponstinnicoff de Almeida, Rafael Hirohito Hosokawa e Maria Emília Fernandes Ciriaco.

Após, envie-se cópia do presente relatório às entidades participantes e ao Conselho Nacional de Justiça.



Documento assinado eletronicamente por **Sylvia Marlene de Castro Figueiredo**, Juiz Federal, em 16/06/2023, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **9863341** e o código CRC **B04136A9**.